



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 8, v. 1 nov.2017.-abr. 2018

p. 177-212.

# Pegações cariocas: dos banheiros públicos aos vagões do metrô

Paulo Alan Deslandes Fragoso<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de uma etnografia pelos espaços de fluxo da cidade do Rio de Janeiro, dos transportes urbanos aos banheiros públicos, algumas práticas sexuais serão mapeadas e associadas aos dispositivos de vigilância e controle da sexualidade que estão circunscritos nestes territórios. A arquitetura, iluminação, aproximação e outros elementos serão analisados para desvendar a dinâmica do olhar nas interações face a face entre homens que desejam praticar atos sexuais em espaços públicos. Esta pesquisa pretende trazer nova perspectiva sobre a atuação das instituições (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 1992; SIMMEL, 2006) sobre o controle de sexualidades dissidentes e suas novas configurações eróticas em territórios similares aos descritos por Richard Parker (2002) entre a década de 80 e 90.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio de Janeiro; vigilância; sexualidade; mobilidade; pegação.

**Abstract:** From an ethnography through the flow spaces of the city of Rio de Janeiro, from urban transport to public toilets, some sexual practices will be mapped and associated with the surveillance and control devices of sexuality that are circumscribed in these territories. The architecture, lighting, approach and other elements will be analyzed to unveil the dynamics of the look in the face-to-face interactions between men who wish to practice sexual acts in public spaces. This research intends to bring a new perspective on the performance of institutions (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 1992; SIMMEL, 2006) on the control of dissident sexualities and their new erotic configurations in territories similar to those described by Richard Parker (2002) between the decade of 80 and 90.

**Keywords:** Rio de Janeiro; surveillance; sexuality; mobility; cruising.

**Resumén:** A partir de una etnografia por los espacios de flujo de la ciudad de Rio de Janeiro, de los transportes urbanos a los baños públicos, algunas prácticas sexuales serán mapeadas y asociadas a los dispositivos de vigilancia y control de la sexualidad que están circunscritos en estos territorios. La arquitectura, iluminación, aproximación y otros elementos serán analizados para desentrañar la dinámica de la mirada en las interacciones cara a cara entre hombres que desean practicar actos sexuales en espacios públicos. Esta investigación pretende traer nueva perspectiva sobre la actuación de las instituciones (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 1992; SIMMEL, 2006) sobre el control de las sexualidades disidentes y sus nuevas configuraciones eróticas en territorios similares a los descritos por Richard Parker (2002) entre los años 80 y 90.

**Palabras clave:** Rio de Janeiro; vigilancia; sexualidad; movilidad; cruising.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, graduado em Comunicação Social pela UNESA, com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Recebido em 03/09/17

Aceito em 24/10/17

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo enunciar algumas práticas eróticas que se manifestam clandestinamente em espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Em saunas, cinemas pornô, cabines de filmes eróticos, parques e banheiros públicos, muitos homens procuram encontros em que possam manifestar condutas sexuais consideradas dissidentes diante de valores heteronormativos hegemônicos e, em algumas circunstâncias, transgressoras perante às normas jurídicas. Para que essas práticas sejam mantidas longe dos olhares de quem as condena nesses e noutros espaços, surgem estratégias de resistência diante dos dispositivos de vigilância que se apresentam e se sofisticam ao longo dos tempos.

Podemos considerar que a vigilância sempre será, mesmo que no final do processo, supervisionada por um agente humano. As câmeras podem capturar as imagens, mas servirão apenas para que esse material seja registrado e enviado ao olhar humano. No entanto, o olhar vigilante pode não ser mediado por aparelhos. Os agentes de segurança e outros trabalhadores que fazem inspeções nos espaços onde ocorrem o sexo em público podem contar com a ajuda da própria estrutura arquitetural do espaço para favorecer a perspectiva do lugar em que se observa.

Os olhares dos interlocutores e os dispositivos arquitetônicos de vigilância podem ser associados às obras de Michel Foucault, sobretudo em *Microfísica do poder* (1993), livro no qual discorre sobre as organizações do espaço para que o olhar sobre os corpos pudesse também organizar as relações de poder nas instituições. A partir do panóptico, inspirado no modelo arquitetural de Jeremy Bentham, Foucault explica como o sistema disciplinar desse projeto prisional criado no final do século XVIII mudou completamente as relações do Estado com o monitoramento dos corpos da população no século XIX.

Consideraremos as proposições de Deleuze em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1992) sobre as mudanças na sociedade disciplinar exposta por Foucault. A passagem para as sociedades de controle no século XX apresenta novos mecanismos de monitoramento e a flexibilização dos olhares vigilantes não exigem mais a presença em espaços de confinamento como as fábricas, escolas ou prisões. Os espaços públicos de homossociabilidade estudados nessa pesquisa são considerados como espaços de fluxo, onde os transeuntes não precisam permanecer por muito tempo para encontrar outros homens e estarem suscetíveis aos regimes de controle feito por câmeras, agentes de segurança e pelos próprios transeuntes que fingem participar das práticas sexuais ou se



escondem em algum ponto estratégico para que tenha um lugar privilegiado para fotografar ou filmar os atos sem serem vistos.

Examinar as homossociabilidades no Rio de Janeiro requer uma análise minuciosa das interações sociais exercidas no cotidiano. Não é fácil pensar nos trânsitos da cidade e supor os desejos que movem interações secretas, tampouco afirmar o que há por detrás das aparências das autoapresentações. O caminho desta pesquisa será examinar, na própria superfície, o que as performances discursivas apontam em suas coerências expressivas e até mesmo em suas contradições.

### 1.1 Os olhares vigilantes nas instituições e cidade

Para ponderar as dinâmicas da mobilidade urbana carioca é preciso pensar primeiro em como os corpos caminham pela cidade sem a ajuda dos aparatos tecnológicos para se transportar. Se faz necessário distanciar e aproximar o olhar, num movimento contínuo, sobre a microfísica das interações entre homens que se encontram em cenários mais obscuros e supostamente violentos, nos territórios em que os dispositivos de vigilância e as tecnologias das relações de poder presentes na arquitetura da cidade não alcançam.

Para imaginar alternativas de (re)existências e tornar possível a convivência com as diferenças é preciso começar pelo que há de mais subterrâneo na escala de privilégios. Os debates sobre as manifestações sexuais dissidentes giram sempre em torno de julgamentos morais ou sob o questionamento de serem práticas juridicamente permitidas. Trazendo a discussão para o âmbito sociológico, o objetivo aqui será investigar como esses corpos transgridem as normas encontrando rupturas nos planejamentos idealizados para a cidade. Obviamente que, ao ultrapassar as linhas da normalidade, a exposição da integridade física e moral pode ficar saturada e muitas vezes em situações de risco.

E de perigos ou ameaças, o cotidiano carioca entende bem. Por mais que a violência seja retratada por programas jornalísticos com *approaches* sensacionalistas, nada consegue eufemizar a lista diária de crueldades presentes nas interações diárias. Se engana quem acredita que o poder reside apenas nos mais altos patamares hierárquicos das instituições, ele é fruto de relações capilarizadas no cotidiano.

Os embates na cidade não se resumem sempre em oposições trágicas entre categorias polarizadas (entre policiais versus bandidos, ricos e pobres, heterossexuais e homossexuais). Os



interesses podem divergir ou convergir mesmo que coexistam outras dissonâncias. Assim, além das categorias não serem suficientes para resumirem os desejos e as vivências de alguém, também não unem os interesses incondicionalmente. Um dos pontos a ser explorado neste artigo é a hipótese de que, diante de forças hostis, equipes podem agir em conjunto em torno de interesses em comum.

No entanto, a cooperação entre os membros do grupo pode entrar em colapso. Nesse momento, não se pode considerar que os propósitos esperados por cada participante serão atingidos e tampouco concluir que as intencionalidades serão performadas para chegar a denominadores comuns num conjunto heterogêneo de integrantes em qualquer equipe.

Em resumo, para avaliar os papéis encarnados e a cooperação das equipes que se formam durante as interações face a face, os apontamentos de Erving Goffman (1983; 2002; 2010) serão de suma importância para refletir sobre quais são as informações que podem ser veiculadas ou mantidas em segredo no desenvolvimento das performances. A “definição de situação” (GOFFMAN, 1983, p. 18) nos encontros entre homens que desejam ter práticas homossexuais em espaços públicos está intimamente ligada aos fatores de risco presentes na cidade.

Para prevenir ou enfrentar adversidades, é preciso driblar os sistemas de vigilância para quem se insere em processos de transgressões dos planejamentos idealizados para a cidade. Nesse sentido, seguindo os trabalhos de Michel Foucault, especialmente o livro *Vigiar e punir* (1987), apontamos elementos cênicos que interferem na visibilidade ou no ocultamento das práticas transgressoras. Alguns desses elementos são apontados como as estruturas arquitetônicas que bloqueiam, dificultam ou facilitam a visão sobre os corpos, a iluminação, a indumentária e até o próprio olhar dos transeuntes nos espaços de fluxo. Tudo isso interfere na dinâmica das interações cotidianas que ocorrem nos lugares mais inóspitos e imprevisíveis em trânsitos que vão na contramão de roteiros normatizados.

Se Foucault (2004) nos atenta para os perigos da vigilância constante, Goffman (2010), por outro lado, disserta sobre a dispersão do olhar. Em algumas situações cotidianas, ao cruzar com outras pessoas, há uma tendência em manter o olhar fixado em pontos que não se cruzam com o olhar dos outros. Goffman nomeia como “desatenção civil” o processo de desencontro desses olhares, quando

uma pessoa dá a outra um aviso visual suficiente para demonstrar que ela compreende que a outra pessoa está presente (e que admite abertamente tê-la visto), e no próximo momento ela retira sua atenção para expressar que a segunda não constitui um alvo de curiosidade ou intenção especial (GOFFMAN, 2010, p. 96).



Em situações cotidianas, quando, por exemplo, somos interpelados pela presença de alguém no mesmo lado da rua e abaixamos a cabeça para que os olhares não se cruzem, é como se o corpo fosse um veículo em trânsito e os olhos fossem faróis que praticassem, nas palavras de Goffman, “uma espécie de obscurecimento das luzes” (idem, ibidem, p. 96). Anthony Giddens também explica a expressão goffmaniana:

Nas palavras de Goffman, há um “turvar das luzes”. A desatenção civil, como todos os outros aspectos de monitoramento do corpo e de seus gestos, exige uma atenção constante para o detalhe. Sua importância está em que cada indivíduo dá a entender aos outros que ele(a) não tem qualquer razão para temê-los e vice-versa. O gerenciamento da desatenção civil exige que o olhar não seja direto demais nem abertamente evitado ou “defensivamente dramático”; em ambos os casos, isso poderia indicar para os outros a possibilidade de que “alguma coisa está acontecendo” (GIDDENS, 2013, p.304).

Essa sensação de que “alguma coisa está acontecendo” está intimamente ligada a uma estabilidade espirituosa de bem-estar e, se levarmos em conta as considerações foucaultianas sobre os olhares dos prisioneiros que fiscalizam uns aos outros no modelo do panóptico, podemos entender que comportamentos e corpos desviantes das normatizações podem causar mal-estar. É comum que esse desconforto possa estar ligado a uma rápida observação sobre o corpo e às performances discursivas em relação a ele, já que o cruzamento de olhares em espaços públicos ocorre repentina e rapidamente. Mesmo que seja possível observar alguém se aproximar por uma distância considerável, “quanto mais perto um indivíduo estiver do outro, mais exposto estará e maior será a obrigação que ambos tenderão a sentir de manter uma desatenção civil clara” (GIDDENS, 2013, p. 305). Então, quando os corpos estão próximos em pequenos espaços enclausurados, o que se espera é que haja uma tendência em evitar e distanciar os olhares ao máximo. Giddens (2013) faz algumas considerações sobre a “desatenção civil” afirmando que essa evitação mútua do olhar deve ser devidamente gerenciada para que o cruzamento acidental de olhares não cause embaraços.

As práticas contrárias à “desatenção civil” também podem ser perigosas em algumas circunstâncias, como, por exemplo, para “aqueles que portam estigmas visíveis”, o ato de encarar e permanecer o olhar fixado sobre seus corpos estigmatizados pode causar constrangimento. A permissão para desobedecer às ordens da desatenção civil passa por avaliações sobre os marcadores corporais e sociais de quem é observado, como Goffman explica:

A disposição de um grupo em relação a esta cortesia mínima da desatenção civil – uma cortesia que tende a tratar aqueles presentes apenas como participantes do ajuntamento e não em termos de outras características sociais – é testada sempre que alguém de estatuto social divergente ou aparência física muito divergente está presente. (GOFFMAN, 2010, p. 98)



O autor traz à luz o exemplo da desagradável situação que os deficientes físicos sofrem ao serem encarados em ambientes públicos abertos e alega que a permanência do olhar desencadeia processos de violação de privacidade e, por consequência, expõem atributos corporais que não se deseja ter em foco. Os deficientes, assim como as crianças e criados são vistos como “pessoas socialmente incompletas” (GOFFMAN, 1983, p.116) por serem mais estigmatizados, por desenvolverem um trabalho menos valorizado, ou por não atingirem uma maturidade suficiente para serem aceitos em algumas interações. A esses atores sociais, Goffman acredita que lhes são destinadas apenas as portas dos bastidores já que desejam “manter um grau de mútuo antagonismo de distância social” (GOFFMAN, 1983, p.182).

A mobilidade de quem é considerado “socialmente incompleto” geralmente se limita somente às portas dos fundos, aos elevadores de serviço, à zona de bastidores. O palco, no qual os atores sociais se autoapresentam e realizam suas performances, é reservado apenas para quem se adequa aos “padrões ideais de representação” (GOFFMAN, 1983, p. 46) e é aceito pela platéia. Se pensarmos pelo inverso, ser “socialmente completo” estaria associado a atingir a representação ideal de acordo com as normas. Esses padrões dominantes normatizariam as condutas através de relações de poder pelas quais a hegemonia se estabelece, hierarquizando os marcadores sociais. Para ter “direito à desatenção civil”, para não ser encarado, é preciso “comportar-se apropriadamente” (GOFFMAN, 2010, p. 99).

Quando são observados, os fatores que validarão o ato de encarar ou não podem ser vistos tanto pelo comportamento e pela própria materialidade dos corpos quanto na estilização que os compõem. O jeito de andar, a roupa que se usa, a intensidade dos gestos são exemplos de como os corpos podem se autoapresentar nas interações cotidianas. Para entender melhor como funciona a metodologia da autoapresentação nesses territórios, Goffman (1983) afirma que é na “fachada pessoal” em que se encontram as informações pessoais que estão em circulação no decorrer das interações, como os “distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência; atitudes, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes” (GOFFMAN, 1983, p. 31). De acordo com o autor, algumas são relativamente fixas e outras são transitórias. Marcadores corporais como a cor da pele e o sexo biológico são entendidos como fixos pela possibilidade de permanecerem com as mesmas características por um longo período de tempo.





Feitas as considerações sobre as principais ideias presentes nas obras de Goffman e Foucault, já se pode prosseguir utilizando tais reflexões como instrumentos que funcionarão como eixos teóricos centrais para complexificar as relações de poder, cartografar as dinâmicas dos olhares entre os interlocutores nas interações face a face e identificar como os dispositivos de vigilância sobre a sexualidade atuam e se sofisticam em cada território.

Apesar de Goffman e Foucault em momento algum se citarem em seus escritos, há uma enorme intersecção entre seus trabalhos. Além da questão de o olhar ser um dos maiores pontos de tangência entre suas obras, os autores estudam como as instituições interferem na construção de subjetividades e nos modos de se refletir no mundo. Enquanto Goffman dissertava sobre os processos de estigmatização pelas “instituições totais”, Foucault discutia como os corpos podem ser docilizados pelas instituições disciplinares. É interessante traçar esse paralelo para repensar a permanência dos corpos em tais espaços. Na perspectiva de Goffman, algumas instituições podem ser denominadas como “totais” de acordo com o regime de internato, ou seja, a totalidade do tempo em que se permanece enclausurado no interior da instituição:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras. Seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais, e desejo explorar suas características gerais. (GOFFMAN, 1961, p. 16)

Foucault também explora em seus escritos o tempo de permanência dos corpos em espaços de confinamentos como fábricas, prisões e manicômios. A dinâmica dos olhares também pode ser examinada a partir do modelo prisional do jurista Jeremy Bentham, emprestado a Foucault (2004), que discorre sobre sua figura arquitetural, o Panóptico. A periferia dessa prisão tem formato de um anel e é dividida em celas que separam os prisioneiros estrategicamente para que a torre que ocupa a parte central permita que o vigilante possa observar do alto sem ser visto. O poder disciplinar “se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles” (FOUCAULT, 2004, p. 156). Assim, para Foucault, esse olhar invisível se insere num regime de soberania no qual a lógica de ordenamento do tempo-espaço normatiza e dociliza corpos reconfigurando sua escala produtiva em sistemas de confinamento.



O modelo prisional de Bentham considera que os saberes produzidos através desses olhares atuam sobre os corpos em “instituições de sequestro”, como a escola, o hospital, o convento e o quartel. Essas instituições confinam compulsoriamente, num certo período de tempo, em espaços que disciplinam seus comportamentos, não mais baseados em práticas punitivas, mas na aposta sobre a relação dos “corpos dóceis” que se autoexaminam com a vigilância de seus companheiros de confinamento. Além da estruturação da localização e do quadriculamento do espaço, a docilização dos corpos acompanha o ordenamento do tempo em que as relações de poder deixam de apelar aos castigos corporais para acelerar a produtividade. Aos poucos, na Idade Moderna, o suplício das torturas foi dando espaço para a funcionamento de dispositivos disciplinares e na contemporaneidade a vigilância ainda permanece em voga, mas os regimes de confinamento começam a se flexibilizar.

No século XX, com o surgimento de novas tecnologias, a mobilidade em espaços públicos é monitorada por câmeras e outros aparelhos que registram com precisão as atividades em andamento. Nas instituições disciplinares as configurações de vigilância se mantêm, mas já não exigem a presença física constante de quem observa. Deleuze (1992) afirma que o sistema disciplinar sofre alterações e se transforma em modos de controle mais flexíveis. Na sociedade de controle não é mais preciso que os corpos permaneçam confinados, eles podem transitar desde que a vigília continue atuando sobre seu cotidiano.

Deleuze (1992) faz uma releitura da sociedade disciplinar do século XVIII e XIX proposta por Foucault, alegando que foi substituída pela “sociedade de controle” no decorrer do século XX em diante. Se na sociedade de soberania que antecedeu a disciplinar, o poder ditava sobre as ordens de quem poderia viver ou morrer, posteriormente, os corpos disciplinados já não deveriam estar mais condicionados às punições, mas à vigilância para que pudessem ser produtivos. A diferença para a sociedade de controle é que os corpos continuam sendo monitorados, mas sua mobilidade para transitar de uma instituição para outra é mais flexibilizada.

Simmel (2006) também refletiu sobre as instituições a partir de uma visão microssociológica sobre as interações entre os membros que as pertencem. Pensar nas instituições como um conceito é como instrumentalizar termos abstratos para estudar os fenômenos que surgem a partir da soma das interações dos agentes envolvidos. O termo “sociedade”, para Simmel (2006), é

somente o nome para um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeito das relações mútuas, e que por isso podem ser caracterizados como uma unidade – da mesma maneira que se considera uma unidade um sistema de massas corporais que, em seu comportamento, se determinam plenamente por meio de suas influências recíprocas. (SIMMEL, 2006 p.18)





Assim, Simmel (2006) não considera que o termo “sociedade” seja um objeto real, mas que essa abstração é indispensável para fins práticos. A sociedade é entendida pelo autor como uma metáfora análoga ao corpo humano, com seus órgãos interagindo entre si, operando funcionalidades em conjunto. Diante dessa lógica metafórica, as instituições corresponderiam aos órgãos que em conjunto formariam uma sociedade.

Se as instituições disciplinares de Foucault (2004) estavam associadas aos espaços físicos de confinamento e Deleuze (1992) observa que o trânsito nesses espaços se flexibilizou durante o século XX, Simmel (2006) pensa nas instituições a partir das interações sociais. No entanto, nem toda interação constitui uma instituição. A microsociologia simmeliana considera que os laços sociais, até os aparentemente mais irrelevantes, constituem a sociedade como a conhecemos. O Estado, a família, as corporações, igreja e outras instituições são entendidas como unidades que permitem “interações duradouras”, já que não se trata apenas de encontros informais.

Em resumo, a concepção de todos os autores citados sobre as instituições traz a reflexão sobre os contornos e as transformações de seus funcionamentos que podem elucidar a cartografia do olhar e das interações cotidianas nos espaços de fluxo da cidade do Rio de Janeiro. Diferente das considerações de Simmel, as interações nesses espaços, a princípio, são pouco duradouras, a não ser que sejam mantidas por outros encontros. E com a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, nas visões de Foucault adaptadas às de Deleuze, se pode considerar que os olhares, assim como os corpos nesses espaços de fluxo, também transitam e não estão mais limitados a espaços de confinamento.

No entanto, os dispositivos de vigilância e controle não estão condicionados exclusivamente à artefatos tecnológicos e ainda conservam muitos atributos da sociedade disciplinar. Tal como o olhar do vigilante na torre do panóptico, que “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida quotidiana dos homens” (FOUCAULT, 2004, p. 169), o olhar se faz presente e mantém a exigência dos corpos para estarem em copresença física sem instrumentos que façam a mediação da visão nas interações face a face.

Neste trabalho, investigaremos como a agressividade e a violência se manifestam por gestos ou em performances discursivas contra os corpos que transitam nos espaços de fluxo - especialmente no metrô - da cidade do Rio de Janeiro. Nesses territórios, incluindo os espaços metroviários, os dispositivos de controle da sexualidade interditam qualquer manifestação dissidente que possa transgredir as normas vigentes de socialização. Os encontros dos transeuntes e passageiros são



continuamente regulados e refletem não apenas as normas aplicadas aos espaços internos de transporte, como o metrô, mas também reproduzem a lógica de violência e vigilância praticada em seu entorno e no resto da cidade.

## 1.2 Contrastes cariocas

Saber que o Rio de Janeiro já foi e ainda é palco de lutas armadas tem assustado quem transita sobre a demarcação desses espaços. As guerras contra as diferenças nos subúrbios frequentemente terminam em mortes. Quando não há extermínio da vida, as políticas públicas acabam por marginalizar negros, transviados, homens e mulheres em situação de rua ou em vulnerabilidade social. Os corpos errantes e seus predicados baseados nos maus costumes são interditados, reprimidos, vigiados, controlados. A Guerra às Drogas disfarçada sob o véu que zela pela aparência de pacificação transforma questões de Saúde Pública em casos de polícia.

O espetáculo da guerra, no entanto, muda suas dinâmicas em cada cenário. Nos subúrbios, a periculosidade dos trânsitos é muito maior. A incerteza de chegar em casa sem cruzar um confronto ou mesmo em seus espaços privados, ter sua residência invadida pela violência decorrente das inevitáveis relações de poder naturalizadas pelo sistema de segregação capitalista. Nos confrontos entre os polos econômicos, a classe média tem sentido na pele a força coercitiva do Estado, declarada pela repressão policial nas manifestações políticas. As balas de borracha servem como uma pequena amostra da violência praticada diariamente nas periferias.

O centro da cidade, onde a maioria dos protestos dessa natureza acontecem, cheira a bomba, gás lacrimogênio e outros odores fétidos provenientes de resíduos poluentes gasosos, líquidos ou sólidos. Nos horários comerciais de trabalho, se pode sentir a fumaça dos veículos, a poluição visual e sonora nos congestionamentos do trânsito e os resquícios de fezes, urina e sangue no chão das noites anteriores. Todo dia, pela manhã, os comerciantes do centro da cidade precisam limpar a fachada de suas lojas para “enviar para o ralo” todas as marcas do descaso com os direitos humanos que o centro da cidade à noite testemunha. Assaltos, assassinatos e o esquecimento das desigualdades sociais. Depois do intervalo das dezoito às vinte horas, o centro já traz o alerta para o toque de recolhimento, exceto em bares e restaurantes, onde os trabalhadores se sentem mais seguros em seus *happy hours* por estarem mais agrupados e teoricamente protegidos por agentes de segurança do local.

A experiência do *happy hour* pode não ser tão feliz assim. Em bares onde as cadeiras ficam nas calçadas ou em qualquer lugar que não haja demarcações do espaço privado, é impossível ignorar



os contrastes sociais da cidade maravilhosa. Eles se apresentam a todo instante personificados em constantes visitas. Há quem pede dinheiro para comer, beber, usar drogas, para a passagem de volta para a casa ou mesmo só desejam conversar. A solidão de que é segregado não habita apenas nas madrugadas, ela se mantém na precariedade de oportunidades de mobilidade. Nesse quesito não se inclui apenas a mobilidade em espaços públicos ou privados, mas também o movimento de levar um garfo cheio à boca, degustar uma bebida saborosa ou apenas contar com espaços e interlocutores que recebam bem a sua conversação.

Enquanto a fartura e a diversão circulam nas mesas de poucos, a presença de outros corpos que clamam pelo mesmo acesso é, em muitas vezes, violentamente evitada. Os pedintes são exemplos vivos da hipocrisia diante da alteridade e da responsabilidade sobre a garantia dos direitos humanos mais básicos. São vistos como invólucros indesejados que sujaram os espaços onde transitam com seu odor corporal, hábitos e excrementos. Só lhes é permitido existir longe das luzes, em lugares que suas interações sejam ilhadas nos mais remotos territórios, longe dos olhares dos cidadãos de bem.

As políticas de inclusão social são pouco efetivas e bastante higienizadoras. A opção de morar em abrigos governamentais distantes da zona central e dos cartões postais da cidade é aterrorizante e em muitas ocasiões é preferível permanecer nas ruas, mas a própria arquitetura urbana já é estrategicamente construída para ser hostil à permanência desses corpos nas calçadas. Embaixo dos viadutos e pontes são instalados “espetos antimendigos” de aço, vidros e outros materiais cortantes para que o espaço não sirva como dormitório ou moradia.

Não podem morar, comer, beber, pedir, interagir, se aproximar e existir com tranquilidade. O *happy hour* de rua é encontrar restos de comida e esconderijos para as ameaças climáticas e humanas. Dormir e acordar vivo é uma luta diária diante das políticas públicas de extermínio e urinar ou defecar o pouco alimento que encontram pode se transformar em enfrentamentos. O material fecal e a urina de quem mora nas ruas só não se espalha mais nos espaços de maior fluxo, durante a noite, porque a maioria das bifurcações contam com a presença de vigilantes particulares para zelar pela higienização dos arredores que circulam os estabelecimentos comerciais. Mesmo assim, outros logradouros escapam dessa inspeção e não só cheiram mal, mas transbordam todos os problemas de higiene e segurança pública.

Quem vive em situação de rua não pode contar com sanitários públicos, já que não existem em números aceitáveis e ainda são impedidos de entrar em restaurantes, shopping centers e outros lugares em que o sistema de vigilância não permite sua presença. Ao lugar marginalizado do mendigo, só lhe



cabe desfazer da vergonha ao expor seus corpos desnudados e seus dejetos nas ruas ou tentar encontrar rupturas nesse monitoramento nos espaços internos que levam até o banheiro das empresas.

Em algumas redes de supermercado e em lanchonetes *fast-foods* o uso do banheiro não é tão fiscalizado e o acesso é dado, mesmo inintencionalmente, aos mendigos e outras pessoas que não pretendem comprar ou consumir nenhum produto do estabelecimento. As franquias do *McDonald's* e alguns supermercados mais populares são alternativas para quem tem pressa de ir ao banheiro ou simplesmente para quem não tem outras opções de lugares privados para urinar ou defecar. O fato de não ter o direito de defecar, já que os espaços são organizados para isso, é uma afronta aos direitos humanos, é a coisa mais básica que se pode reivindicar.

Curiosamente, muitos homens que procuram encontros sexuais também usam os mesmos espaços para ações pontuais, já que a permanência não é permitida por muito tempo. Os faxineiros, seguranças e outros funcionários monitoram todos os fluxos de quem entra, permanece e sai. As pessoas em situação de rua, se conseguirem entrar, provavelmente não permanecerão no estabelecimento comercial já que seu poder de consumo é baixo. Então, nos dois casos, por se tratar de um espaço de fluxo que só permite a mobilidade com alguns propósitos pré-definidos, supõe-se que o tempo de permanência deve ser muito curto para exercer qualquer atividade nesse espaço. Se atribui uma utilidade às instalações internas do banheiro, que se exemplifica em atos como defecar, urinar, escovar os dentes, lavar as mãos e o rosto, trocar de roupa, entre outros. Tudo que fugir desse script está vulnerável às sanções propostas pelo estabelecimento e também segundo as normas jurídicas.

Durante a pesquisa, foram observados homens que lavam partes do corpo com a água do lavatório, como num banho. Outros furtam o papel higiênico para usar em outros lugares. Outras peças, como o assento do vaso sanitário, pregos e parafusos para as divisórias das portas também são furtadas. Há ainda trabalhadores que sentam nos vasos e dormem ou jogam games pelo celular para descansar ou fugir da rotina de seus ofícios. Uma série de outras atividades que não são previstas para a utilidade imaginada para o espaço são executadas sem que ninguém fique sabendo. Uma delas é o ato sexual.

Para manter todas essas práticas em segredo, não se pode revelar suas autorias. O rosto do autor deve ser cuidadosamente preservado entre os bastidores e diluído no fluxo da distração dos sentidos de quem os observa. A “indiferença civil”, o “abaixar dos faróis”, a “dispersão do olhar” (GOFFMAN, 2010) nesse sentido faz parte do jogo das simulações. Ao passo em que os usuários dos mictórios e vasos sanitários circulam no banheiro, os homens que buscam sexo fingem que estão concentrados em



outras atividades. Disfarçam lavando as mãos, penteando o cabelo, examinam em profundidade a pele do rosto no espelho, mexendo no celular, procurando objetos que não existem em suas mochilas. Ou ainda podem aparentar que estão urinando nos mictórios ou defecando nos boxes dos vasos sanitários, mas não estão. Esses disfarces são apenas estratégias para convencer quem passa pelo espaço que não há nada de condenável em suas condutas. Contudo, no momento que o transeunte que utiliza o banheiro sai do espaço, as práticas sexuais voltam a acontecer até que sejam interrompidas novamente por quem não dá indícios de que quer participar desses encontros.

É como se todos vestissem máscaras de neutralidade e anesthesiassem suas expressividades sexuais para se integrar momentaneamente ao fluxo dos movimentos dentro dos sanitários. A utilização dessas máscaras são representações cínicas que pretendem “enganar seu público pelo que julga ser o próprio bem deste” (GOFFMAN, 1983, p. 26) ou pelo bem de si. Mesmo que não fizessem esforços para esconder suas práticas sexuais, o público que não participa da interação não lhe permitiria ser sincero. Inferindo tal abordagem, alguns homens se esforçam para que não sejam vistos por muito tempo no banheiro.

Assim como os homens em situação de rua, os que procuram por sexo também são marginalizados mediante suas manifestações sexuais dissidentes em espaços públicos. A figura do mendigo já é invisibilizada socialmente. Seu rosto não tem face, não tem nome, nem história, é a personificação da inexistência. São lembrados apenas por motivos nada agradáveis. Seus corpos carregam estigmas visíveis e sua autoapresentação é por inteiro vista como uma ameaça. Seu cheiro, hálito, indumentária, conversação, postura e uma lista infindável de transgressões de boas impressões. Goffman entende os estigmas da seguinte maneira:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. (GOFFMAN, 2004, p. 6)

São muitas as diferenças de alguém em situação de extrema pobreza e os homossexuais. No entanto, quando Goffman escreveu o livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, em 1963, a homossexualidade era vista como um estigma assim como a prostituição, a criminalidade e a loucura. Somente dez anos depois, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou do Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais a homossexualidade como patologia e só na década de 90, a Organização Mundial de Saúde (OMS) também a removeu



do Código Internacional de Doenças (CID). Se essa movimentação para reconhecer que a homossexualidade não é uma doença nos Estados Unidos e no mundo é recente, no Brasil ela é ainda mais tímida. Apenas em 1985 e 1999, os Conselhos Federais de Medicina e Psicologia desassociaram a homossexualidade da ideia de distúrbio, doença e perversão.

Com menos de vinte anos de recuo dos discursos médico-psiquiátricos persecutórios, o Brasil e o Rio de Janeiro ainda ecoam resquícios dessa discriminação histórica. Casos de assassinato por homofobia, transfobia, efeminofobia e outros crimes relacionados à sexualidade da vítima ainda são frequentes. No entanto, por esses exemplos de punição, podemos entender que o estigma não está vinculado apenas com a intolerância às não-heterossexualidades, mas é também uma questão de violência de gênero.

Assim, o homem que se considera homossexual pode esconder sua sexualidade, mas suas expressões de gênero podem estar associadas aos repertórios de feminilidades. Assim como um homem heterossexual pode ser considerado efeminado, um homossexual pode ser visto como alguém masculinizado. Em vista disso, podemos resgatar as ideias propostas por Goffman, pelas quais o autor considera que a visibilidade e o encobrimento são cruciais para o processo de estigmatização:

Tradicionalmente, a questão do encobrimento levantou o problema da "visibilidade" de um estigma particular, ou seja, até que ponto o estigma está adaptado para fornecer meios de comunicar que um indivíduo o possui. Por exemplo, ex-pacientes mentais e pais solteiros que esperam um filho compartilham um defeito que não é imediatamente visível; os cegos, entretanto, são facilmente notados. A visibilidade é, obviamente, um fator crucial. (...) As consequências de uma apresentação compulsória em público serão pequenas em contatos particulares, mas em cada contato haverá algumas consequências que, tomadas em conjunto, podem ser imensas. (...)

Já que é através de nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente com maior frequência, talvez o termo visibilidade não crie muita distorção. Na verdade, o termo mais geral "perceptibilidade" seria mais preciso, e "evidenciabilidade" mais preciso ainda. Além disso, a gagueira é um defeito muito "visível" mas, em princípio, porque é ouvido e não visto. Antes que o conceito de visibilidade possa ser usado com segurança mesmo nessa versão correta, entretanto, ele deve ser diferenciada de três outras noções que são, com frequência, confundidas com ele. (GOFFMAN, 2004, p. 44)

Até então discutimos a visibilidade como ponto chave para desvendar a estigmatização da existência humana pelos arranjos de gênero e pela (homo)sexualidade, mas esse trecho do texto de Goffman alerta para a superestimação do sentido da visão. A percepção dos estigmas mais evidentes não se resume apenas no processo do olhar, já que outros sentidos também são capazes de captar o que está acontecendo.

A diferença nos casos dos transeuntes nos sanitários públicos é que para ser caracterizado como um mendigo, os estigmas são muito evidentes, facilmente percebidos. Para quem procura encontros homossexuais não há nada que mantenha uma relação causal entre a aparência corporal e





a sexualidade, mas geralmente se tende a acreditar que homens efeminados estão mais propensos a se envolver sexualmente com outro do mesmo sexo. Outros gestos também podem contribuir com o reconhecimento entre homens com desejos homossexuais. As impressões percebidas sobre esses gestos, que traduzem e catalogam expressividades no pertencimento imaginário do universo homossexual, são conhecidas por “gaydar”, ou seja, como o “radar gay”, pelo qual se cria uma expectativa sobre a sexualidade, que é pressupostamente revelada por inferências, comunicações sutis ou “gestos involuntários” (GOFFMAN, 1983, p. 55). As sinalizações podem ser as mais variadas, desde passar a mão sobre a própria genitália até o ato de encarar olho a olho durante um tempo que traduza seu interesse pela interação erótica.

Identificar um homem que procura práticas homossexuais nos espaços de fluxo na cidade não é tão simples como se imagina, exatamente pelo fato de que na maioria dos casos as impressões são gerenciadas para que a sexualidade não seja revelada e as expressões de gênero sejam coerentes com seu sexo biológico, ou seja, um homem que nasce com pênis geralmente se esforça para se adequar aos padrões de “masculinidades hegemônicas” (CONNEL, 1995).

A possibilidade de administrar essas informações que podem ser destrutivas para a encenação não é um elemento acessível para homens que queiram esconder a sua pobreza econômica. A discrepância entre o homem que é visto como gay cisgênero e o mendigo é a impossibilidade de dissimular sua própria condição. Quando se tenta utilizar os sanitários públicos, logo na entrada do estabelecimento, imediatamente já tentam impedir a entrada dos homens em situação de rua. Seu rosto já é marcado por estigmas visíveis de sua própria história. Já o homem que procura encontros sexuais não pode ser identificado a priori. Este pode se camuflar nos emaranhados das teias que formam a “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2008), isto é, não há nada que comprove seus verdadeiros interesses e sua orientação sexual, salvo suas próprias rupturas performáticas.

### 1.3 Geografia homossexual e os banheiros públicos

Para complementar esse raciocínio, é curioso trazer alguns elementos da etnografia feita pelo pesquisador Richard Parker (2002), desenvolvida na década de 80 e 90 e encontrar pontos de tangência em fenômenos que ainda se repetem na mesma cidade em espaços semelhantes. Mais precisamente em 1983, Parker entrevistou 503 homens no Rio de Janeiro a fim de cartografar o que ele denomina como a “geografia homossexual” baseada na “topografia do desejo erótico” (PARKER,



2002, p. 87-89). A partir da entrevista com o participante Jorge, se pode perceber alguns trânsitos que ainda se repetem há décadas:

ENTREVISTADOR: As pessoas se masturbam olhando umas para as outras ou elas também se tocam?  
JORGE: Isto realmente depende do banheiro. Nos grandes banheiros, onde tem muita gente, é como uma grande orgia, um toca e masturba o outro, às vezes – mas nem todo mundo gosta de ser tocado (...). Dependendo do formato do banheiro, as pessoas podem às vezes encontrar um canto para transar. Eu tenho visto pessoas de joelhos chupando, ou sendo chupadas, ou sendo fodidas em pé. Ou eles vão para os reservados, quando querem transar sem que ninguém veja. Mas em alguns banheiros acontece só a olhada. (...).

ENTREVISTADOR: E sobre a polícia, ou as autoridades?

JORGE: Em banheiro pequenos, lugares como o McDonald's, o segurança ou algum outro empregado sempre vai com uma certa regularidade, supostamente para limpar, mas na verdade para se certificar que nada está acontecendo, e eles vão expulsá-lo se descobrirem alguma coisa acontecendo. Nos banheiros maiores, desses com lugares para mais de uma dúzia de pessoas como na estação rodoviária ou na estação de trem, a polícia vem com mais frequência, mas só para marcar presença e sair logo. Esses banheiros públicos têm sempre uns faxineiros – geralmente você tem que pagar para entrar e as pessoas que recebem o dinheiro são as mesmas que limpam, e podem ver tudo que está acontecendo. Mas as bichas pagam para eles – a pessoa que vai sempre dá uma gorjeta extra quando paga para entrar, e eles sabem que devem calar a boca e olhar para o outro lado. Às vezes o próprio faxineiro pode fazer parte do jogo – uma vez, quando eu estava no aeroporto internacional para pegar um vôo muito cedo, eu fui ao banheiro, realmente usá-lo, nada mais, e o faxineiro, um mulatão, estava limpando o chão. Eu dei uma olhada nele enquanto eu estava mijando e ele logo veio para o mictório bem perto de mim, do meu lado, e ele tirou seu pau para fora e começou a apertá-lo. Ele tinha uma puta piroca, mas ele queria dinheiro [em troca de sexo], então eu não fiz nada com ele. Além disso, eu tinha que pegar o meu avião. (PARKER, 2002, 98-99)

Essa entrevista de Parker é aqui citada porque, além de ser na mesma cidade deste estudo, existem muitos elementos importantes que ainda se repetem nas interações em cenários parecidos. Parece que a informação sobre a acessibilidade dos sanitários da rede de lanchonetes McDonald's circula entre homens que procuram esse tipo de encontro durante décadas. Não só as filiais da rede de *fast food*, mas outros estabelecimentos como supermercados, academias, shoppings, galerias, universidades têm pontos específicos para a prática da “pegação”.

Contudo, algumas partes da resposta de Jorge demonstram questões importantes relacionadas ao sistema de vigilância dos espaços internos dos sanitários. Além dos seguranças, faxineiros e empregados relatados pelo depoimento, a estrutura arquitetônica do banheiro e o próprio olhar dos transeuntes também auxiliam na regulação sexual dos corpos. Existem também funcionários que transgridem seus papéis profissionais e participam das interações eróticas, desempenhando simultaneamente uma dupla função de trabalho, oferecendo atos sexuais por dinheiro.

Entretanto, ainda existem agentes de segurança e policiais que fiscalizam esses espaços apenas para extorquir dinheiro por meio de ameaças de prisão e violência. Os casos de violência não são denunciados por medo da não ser dada a devida atenção, já que se imagina que os atos sexuais praticados previamente configurem outros tipos de crime. Suborno, extorsão, violência física e moral



num cenário envolto por tensões. Homens de diferentes classes sociais dividindo espaços pouco higienizados, se expõem a riscos para conseguir encontros sexuais ou não com outros do mesmo sexo. A pergunta de quem não pratica ou condena essas atividades sexuais de *cruising* é frequentemente a mesma: por que não procuram outros espaços privados mais seguros?

Geralmente essa pergunta já vem acompanhada de suposições de respostas, mas não é possível traçar apenas uma solução linear para a questão. Alguns acreditam que nessas relações se alimentam fetiches e que as situações de risco produzem sensações de prazer e adrenalina diante do que é proibido, mas o espectro de sexualidades não pode ser explicado em simples relações causais que sirvam como respostas universais para cada um. O fato a ser encarado é que independentemente da aprovação, reprovação ou repressão, essas práticas tendem a continuar e precisam ser rediscutidas para que sejam menos traumáticas para todas as partes envolvidas nos processos de conflito.

Nos três tomos de *História da sexualidade*, em especial no primeiro (*A vontade de saber*), Foucault descarta a possibilidade que a hipótese repressiva das sexualidades dissidentes seria a maneira mais efetiva de normatizar os comportamentos. Pelo contrário, as práticas discursivas foram disciplinadas para aceitar a “sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 1988, p.38). Por mais que a homossexualidade seja ainda um tabu para ser discutida em muitos lugares, de maneira geral, a sexualidade e o que se faz com o próprio corpo não deveria uma pauta para ser discutida e definida exclusivamente por âmbitos médicos, jurídicos, religiosos ou em outras instituições.

Em alguns países o sexo em público é criminalizado ou legalizado de acordo com as aspirações da sociedade local. No parque chamado *Vondelpark*, em Amsterdã, o sexo ao ar livre é famoso em todo o mundo por ser permitido no horário noturno desde o ano de 2008. As normas jurídicas da Holanda, assim como em todos os países refletem muito como a população encara as nuances da sexualidade e a pensam a partir da integração com a cidade. O Brasil ainda está muito longe de incluir com seriedade a homossexualidade no debate sobre políticas públicas, então, para discutir sexo em espaços públicos falta um longo caminho. Verlan Neto (2011) analisa as sanções impostas pelas instituições jurídicas brasileiras:

Se no Brasil existem sanções para quem for pego praticando atos obscenos em locais públicos (artigo 233, do Código Penal), logo, cometê-los em tais ambientes seria uma transgressão da proibição; em 2008 foi noticiada a liberação de práticas sexuais em parques públicos holandeses durante a noite. (GASPAR NETO, 2011, p. 151)



Em seguida, Gaspar Neto (2011) explica que mesmo se fosse legalizado o sexo público em alguns pontos, a aprovação da população poderia ainda não ser unânime. O projeto de organização temporal e espacial da cidade, aliado com os dispositivos que asseguram o controle do biopoder pelas instituições disciplinares determina o que pode se tornar público e o que deve ser separado em espaços privados.

Alguns parques do Brasil também são palco de flertes, como todo o percurso do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, mas também em outras partes do país, como o Parque Farroupilha, mais conhecido como Parque da Redenção, em Porto Alegre. O parque do Ibirapuera, em São Paulo, é marcado por encontros entre homens frequentemente durante à noite. Muitos outros parques poderiam ser aqui listados e entre outros que também já foram palco dessas interações e hoje estão fechados ou mudaram suas configurações de fluxo.

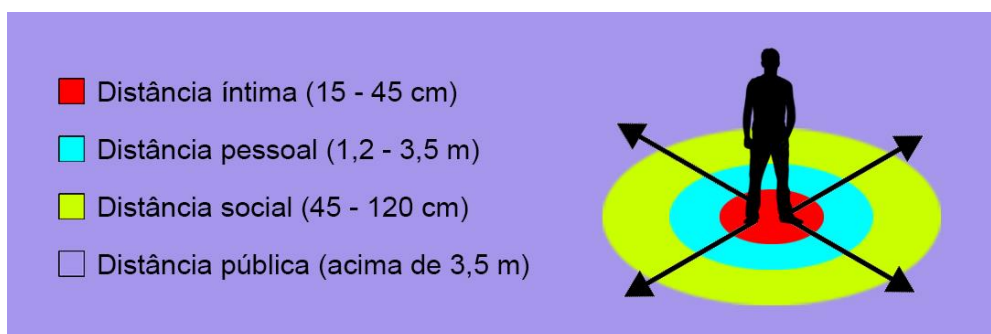
A espacialidade interfere no *modus operandi* dos encontros sexuais nos parques. O primeiro se refere aos objetos, à paisagem e elementos que compõem o cenário dos parques. As árvores, becos, relevos, paredes, bancos, rochedos, solo e tudo que faz parte do território em questão podem alterar a visualidade sobre essas experiências. O ângulo de visão de quem observa, se não usar aparelho para mediar o olhar, precisa estar em contato direto com os atos sexuais para registrar tal momento. O que há entre o olhar e o corpo pode prejudicar a angulação do contato visual e a partir dessa premissa se pode afirmar que para a vigilância ser aplicada com sucesso, a geometria do olhar precisa estar retilinearmente alinhada sem elementos impeditivos para a visão.

Assim, as táticas de resistência demonstram ser antes de tudo um jogo de posições, como no xadrez, no qual as peças se movimentam sempre calculando suas ações em relação ao oponente e, nesse caso, quem se opõe está “do outro lado do jogo”, observando os movimentos e pensando nos próximos passos. Se esconder atrás das paisagens naturais pode bloquear o raio de visão de acordo com o posicionamento dos corpos, mas os trânsitos precisam ser estar atentos aos fluxos já que a flexibilidade do olhar muda de acordo com as circunstâncias.

A proximidade dos corpos nas interações face a face também pode facilitar a observação e, obviamente, o contrário, com a distância estabelecida, é possível que o olhar não consiga interpretar o que está acontecendo. Todavia, a visão míope pode ser amparada por dispositivos técnicos para uma vigilância mais adequada, mas em espaços a céu aberto com grande extensão territorial é dispendioso instalar um número considerável de câmeras que funcionassem como um “olho perfeito a que nada escapa” (FOUCAULT, 2004, p. 146).



O livro de Edward Hall, *A dimensão oculta* (1986), reflete sobre a proximidade dos corpos nas interações cotidianas. O autor chama esse fenômeno de proxêmica, ou seja, o resultado das metrificações matemáticas entre a proximidade dos corpos em copresença física. Nessa obra, há uma tentativa de universalizar as aproximações, tipificando-as de acordo com um número exato calculado a partir da distância entre os corpos. Hall classificou quatro tipos de distâncias: íntima, pessoal, social e pública. A imagem abaixo ilustra a métrica das distâncias de um corpo em relação a outro:



**Figura 1 - Fonte: Autor, 2017.**

Assim como os estudos quines-tésicos, que tentavam mapear o comportamento humano pelas expressões do corpo, a análise proxêmica desenvolvida por Hall sofreu muitas críticas decorrentes da sua tentativa de estipular precisamente a dinâmica das interações face a face através dos números calculados pela distância dos corpos. Decerto que não é só a distância que pode diferenciar o que é íntimo e público ou a (im)personalidade das relações. Por outro lado, mesmo que o resultado tenha se perdido nas minúcias da contagem, ainda se pode considerar que, em tais interações, a autorreflexão sobre as consequências que a proximidade e a distância podem trazer se fazem presentes em muitas situações do cotidiano. Embora não seja possível demarcar como essa elipse invisível se configura e dizer quais seus limites com precisão, alguns eventos cotidianos podem exemplificar como a proximidade é calculada para gerenciar as impressões e definir situações.

Ao entrar num ônibus, os passageiros geralmente procuram um lugar ao lado da janela ou assentos que já não tenham ninguém ao lado. Se por acaso o veículo estiver com apenas uma poltrona ocupada e o segundo passageiro decidir sentar ao seu lado, provavelmente haverá um desconforto ou uma sensação de desconfiança diante dos riscos. A proximidade, mesmo que despropositada de intenções nocivas, gera estranhamento nos outros. Existe um espaço imaginário no entorno do corpo que pode entender a aproximação como invasão de privacidade, embora isso dependa muito de outros fatores.



Outro exemplo é a utilização de mictórios em banheiros públicos. Existem convenções que podem ser percebidas (e por diversas vezes defendidas com certo orgulho) que estabelecem um raio de distanciamento entre os usuários do aparelho para micção. Muitos homens preferem urinar intercalando seu mictório com um outro vazio ao lado, para que não fiquem próximos de outro homem que também esteja usando. É claro que além do anseio pela privacidade, essas escolhas giram em torno de ideais de masculinidades que se apresentam como quase uma regra de convivência.

Na contramão desse esforço para não aparentar ser um “manja-rola”<sup>2</sup>, existem homens que propositalmente se aproximam para urinar no mictório ao lado e insinuar que estão dispostos a ter esse tipo de encontro. Muitas vezes o sexo já acontece no banheiro, mas como se trata de um espaço onde as performances eróticas dependem de uma série de elementos para se concretizar em ato sexual, cada sanitário tem suas próprias dinâmicas que podem facilitar ou dificultar tais práticas.

Nesses casos em que se escolhe deixar um mictório vazio como uma lacuna entre os dois usuários, o mictório é projetado para ser individual e pode ser separado por divisórias, mas também existem os coletivos, que são próprios para lugares com grande circulação de transeuntes. Nos coletivos, já que não existem divisórias, o próprio corpo serve como barreira para a não observação do próprio pênis. Os locais mais adequados para esses encobrimentos são as extremidades do aparelho e o movimento com o corpo é feito para que fique de costas para quem possa tentar observar.

O corpo se adequa à estrutura arquitetônica e se insere numa interface com o território em que está presente. Em espaços urbanos públicos, semi-públicos e privados, as paredes, portas, divisórias e toda a construção da cidade podem impedir a sensação de que os corpos estão próximos, mas aparentam pelo sentido da visão estarem visualmente distantes. Mesmo que o paisagismo do parque seja projetado para que os corpos fiquem visíveis, nos banheiros e em outras construções urbanas seria mais fácil fiscalizar por câmeras, funcionários dos estabelecimentos e pela própria arquitetura, porém a privacidade é inviolável. Sendo assim, ao mesmo tempo em que não se pode instalar câmeras no interior dos banheiros e tampouco deixar os espaços sem a proteção visual instituída por paredes, são implementados esforços para que a vigilância se contextualize discretamente.

Os mictórios são aparelhos inventados para tornar a urinação mais prática, além de evitar que o assento sanitário fique sujo e sirva predominantemente para defecar. No entanto, para além das

---

<sup>2</sup> Trata-se de um insulto que se refere a um homossexual que observa o pênis de um heterossexual urinando.





funções utilitárias pensadas em seu projeto inicial, o pênis não só excreta urina mas, pelo mesmo orifício, também ejacula. A existência e a localização dos mictórios no espaço interno do banheiro podem facilitar não só o olhar que espiona clandestinamente o pênis de desconhecidos: muitos homens flertam entre si e consensualmente praticam atos sexuais nos banheiros mais diversos do mundo. Para regular essas manifestações sexuais, a sutileza da vigilância sobre as construções arquitetônicas se manifesta em forma de interdições sobre o próprio uso do aparelho de micção. Muitos mictórios são cobertos por plásticos, tal como no banheiro da Uruguaiana, do MacDonald's, ou são simplesmente retirados, como na estação de metrô General Osório:



Figura 2 - MacDonald's da Rua Uruguaiana / Av. Presidente Vargas: Dois mictórios envolvidos por plástico verde e preto (15/07/2017)



Figura 3 - Estação de metrô General Osório – Marcação em vermelho aplicada na fotografia para indicar onde foram retirados os mictórios (01/11/2015)

Na primeira opção, com os plásticos, a interdição do mictório poderia ser justificada e estar associada à manutenção para conserto do aparelho. Na segunda, com a retirada deles, é muito difícil supor outra hipótese senão o controle das manifestações eróticas. No entanto, mesmo que não se possa mais fingir que está urinando no mictório, o espaço vazio ainda permite que os corpos interajam nesse



vácuo que surge após a retirada dos aparelhos. Em vista disso, foram aplicados tapumes para isolar e preencher as possíveis lacunas de circulação:



Figura 4 - Estação de metrô General Osório – Aplicação de tapume na área onde os mictórios foram removidos (02/02/2017)

O vão entre a porta do box dos vasos sanitários e o chão é um bom exemplo entre os dispositivos reguladores das sexualidades. Algumas portas são instaladas dessa maneira para que se possa ver quem está dentro do box e quando há mais de um usuário, é possível ver quem está lá dentro e intervir. Apesar disso, alguns homens sentam no vaso sanitário e cruzam as pernas ou ficam com seu corpo inteiro fora do alcance de visão proporcionado pelo vão, para que não sejam vistos durante o ato sexual. Também existem portas que são menos compridas em sua altura e que permitem também o olhar por cima do box.

O espelho também é uma peça do jogo de olhares. Como já foi dito, além de dissimular outras atividades na sua frente e paquerar através do reflexo do vidro, o espelho também é estrategicamente posicionado para projetar a visão em outras partes do banheiro em que são instalados. A relação do posicionamento dos mictórios e o espelho não é por acaso. O mictório não deve ser instalado no raio de visão perpendicular à porta para que seja preservada a intimidade de quem usa o aparelho, para que assim possa garantir que ninguém que passe pela porta de entrada do banheiro possa ver imediatamente esses usuários urinando.

O cálculo do tempo e a organização do espaço se tornam assim elementos cruciais para o sucesso das interações sexuais. Desde o momento em que alguém abre a porta, todos os atos sexuais são imediatamente interrompidos e, destarte, a possibilidade de ações são proporcionais ao tempo de encontro do olhar de quem chega à visualidade do corpo em movimento. Em todo banheiro há um *ponto cego* em que o olhar entrante e desconhecido não consegue penetrar prontamente e é a partir dessa brecha temporal baseada na espacialidade que os flertes e os encontros sexuais acontecem.



A estrutura arquitetônica do banheiro pode dar pistas de como encontrar esses pontos cegos. Se existirem paredes que separem os mictórios ou se suas curvaturas criarem um corredor que divida os espaços, o tempo para a dissimulação aumenta proporcionalmente. Cada segundo de intervalo entre o olhar e os corpos faz diferença para a recomposição da aura de civilidade.

No modelo prisional de Bentham, no panóptico, havia uma torre central que podia ver tudo e todos. Nos banheiros essa torre não está centralizada, ela é móvel, mas só pode atuar e penetrar no espaço interno entrando pela única abertura: a porta de entrada. O lado para o qual a porta se abre já faz diferença. Muitos homens têm relações sexuais atrás da porta e a empurram, para que, se alguém chegar subitamente, tenha dificuldades de entrar e imagine que há um problema de abertura nas engrenagens da porta.

Muitos estabelecimentos fecham as portas dos banheiros com chave ou com objetos que impedem a entrada. Esse esforço inibe o fluxo dos usuários e, por consequência, se cria um certo pudor de pedir a chave aos funcionários ou vergonha de pedir para usar, ser visto e reconhecido por frequentar o espaço durante muitas visitas. Algumas portas de entrada são presas por funcionários para ficarem continuamente abertas. Apesar de violar a privacidade dos usuários, essa tática permite que todos que estejam transitando possam observar o que está acontecendo. Usam latas de lixo, faixas de interdição, placas indicando limpeza ou manutenção e ainda objetos que prendem o fechamento automática pela roldana da porta. Nos exemplos a seguir, as portas dos banheiros do MacDonal'd's e da Estação de metrô Siqueira Campos estão interditas:



Figura 5 - 1) Lixeira do MacDonal'd's da filial Pavuna (24/07/2017)  
2) Estação de Siqueira Campos - barreira metálica com a placa "BANHEIRO FECHADO"



O banheiro pode estar “fechado para manutenção” ou simplesmente se manter com as portas bloqueadas por dias. Se a dúvida persistisse no fato do bloqueio ser destinado à limpeza ou reforma do banheiro, ela cessaria com os exemplos seguintes. Em muitos casos, trata-se de barreiras para impossibilitar os atos sexuais dissidentes. Nas portas do banheiro da estação de metrô da Carioca, foi aplicada uma adaptação emergencial para a vigilância constante dos usuários:



Figura 6 - 1) Cabo de vassoura na parte superior da porta de entrada (02/04/2017)  
2) Imagem 2 – Cabo de vassoura entre o chão e a parte inferior da porta de entrada (02/04/2017)

Fora do metrô, em outros banheiros na cidade, simplesmente não há porta de entrada. Especificamente nessa porta da estação Carioca, há um empenho em mantê-la aberta e, além desse objeto, a própria roldana da porta, quando invertida, impede seu fechamento automático. No entanto, quando não há ninguém monitorando, os objetos são retirados e a roldana é posta em sua posição original. Ao passo que há disputas transicionadas por objetos, o formato da porta também é apropriado para olhar quem está se aproximando pela parte interna através da fresta da grelha de ventilação na parte superior.

Contudo, os fluxos nesses banheiros não eram os mesmos no passar dos anos. Algumas estações demoraram anos para serem inauguradas e seus banheiros já sofreram muitas reformas. De Pavuna até as mais novas estações da Linha 4, que vai até a Barra da Tijuca, o trânsito entre o início da embarcação e o final pode durar mais de uma hora. É muito provável que, nesse intervalo de tempo, alguns passageiros precisem ir aos banheiros do metrô. Todavia, muitos sequer sabem da existência desses espaços e nem toda estação conta com um sanitário público. Na Linha 2, que cruza a Zona Norte da capital do estado, só existe banheiro na estação de Maracanã, mas sempre está fechado. Na





linha 1, a Estação de Cidade Nova, Carioca, Estácio, Siqueira Campos, Cantagalo e General Osório também contam com os sanitários dentro ou fora da área de embarque. Na linha 4, os banheiros são mais recentes e pouco conhecidos pelos usuários, já que a inauguração dessas estações foi feita em 2016.

Nos banheiros da estação Carioca e General Osório não é preciso pagar o bilhete e ultrapassar as roletas para utilizar, já que eles estão localizados antes da área de embarque. Essa experiência pode incluir transeuntes que não são usuários do metrô, mas as demais são de uso exclusivo para clientes. Tanto a experiência interna quanto a externa estão sujeitas ao mesmo monitoramento, o que faz a diferença entre uma e outra é que, nos banheiros internos das estações, o usuário também utiliza os vagões dos veículos como meio de transporte antes ou depois do uso do banheiro interno. Assim, a migração de um banheiro de dentro das áreas de embarque pode ser auxiliada pela mobilidade fornecida pelos vagões. Numa mesma viagem, um usuário pode transitar por todos os banheiros, desembarcando em cada estação. Além disso, alguns ainda podem levar outros homens que flertaram no interior dos vagões ou nas áreas internas de embarque. Não por coincidência, Richard Parker (2002), em suas entrevistas, registrou relatos que ocorreram nos trens e metrôs do Rio de Janeiro. As experiências eróticas aconteciam nos vagões desses meios de transporte em horários de lotação:

MARCOS: Os trens do subúrbios são famosos. Eles viajam completamente cheios de trabalhadores e voltam da mesma forma no final do dia. Durante a hora do pique é como uma lata de sardinha, com todo mundo se roçando. As mulheres reclamam o tempo todo, porque os caras machos estão sempre usando isso como desculpa para tirar um pedaço delas. Mas os gays adoram isso. Todo mundo que é faz gay piada sobre a hora do rush, que é a melhor hora para se pegar o metrô ou o trem. Há ainda vagões especiais no final do trem, que passaram a ser quase exclusivamente só de viados, acontece de tudo, rola muita sacanagem, então qualquer pessoa que não é entendida sabe que não deve pegar esses vagões. Eu tenho visto, literalmente, pessoas fodendo – não frequentemente, mas algumas vezes. É mais comum o roça-roça, a escostadinha maliciosa. (PARKER, 2002, p. 95)

A “hora do rush” descrita por Marcos nesse relato ilustra bem o cotidiano de quem precisa dos meios de transporte públicos para se locomover até os locais onde exercem suas atividades profissionais. De manhã, aproximadamente de 5 às 7 horas e pela noite cerca de 18 às 20 horas, mulheres e homens trabalhadores seguem seu destino e dividem o mesmo transporte coletivo. O metrô não é diferente dos outros veículos públicos em termos de superlotação, no ônibus, no trem ou nas barcas também se encontra o mesmo problema. O empurra-empurra desafia as leis da física com centenas de corpos ocupando quase o mesmo espaço, tal como uma “lata de sardinha”.

## 1.4 Encontros metroviários cariocas



“Não gostou, pega um táxi”. Essa é a frase mais ouvida nas calorosas discussões entre os passageiros nos vagões do metrô carioca nos horários de pico. Já de manhã, após sair de casa, depois do banho e toda preparação, já há riscos de chegar transpirando no trabalho. Por ser uma viagem relativamente rápida, muitos passageiros preferem se submeter aos incômodos sofridos durante todo o trajeto até o destino final escolhido. Não há outra alternativa, todos os dias o fluxo é o mesmo. As políticas públicas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro não atendem ainda o volume de circulação demandado para que os espaços urbanos tenham acesso amplo e democrático. O metrô é um transporte de massas que se faz necessário em espaços urbanos onde há alta densidade do tráfego de uma região à outra. Existem somente três linhas que ligam o bairro de Pavuna a Botafogo (Linha 2), Tijuca a Ipanema (Linha 1) e Ipanema até a Barra da Tijuca (Linha 4).

As experiências que os ambientes metroviários pretendem oferecer são bem diferentes dos territórios que acompanham paralelamente a travessia de suas linhas. Em comparação com os outros transportes públicos, o metrô ainda parece mais seguro pela presença dos agentes que supervisionam cada estação. Mesmo assim, algumas saídas das estações da Linha 2 oferecem riscos para quem embarca e desembarca.

Caiafa (2009) evoca o conceito de “heterotopia” foucaultiano e afirma que “o metrô me parece funcionar como uma "heterotopia de compensação" já que este “espaço ordenado e perfeito é criado para compensar o caos dos espaços em torno” (CAIAFA, 2009, p. 19). As mensagens publicitárias em mídias alternativas, as instalações higienizadas e a decoração das estações trabalham para fazer crer que a ambientação interna do metrô é um espaço que oferece uma experiência agradável e contrastante com a realidade do seu entorno.

Apesar desses esforços para maquiagem ou compensar os riscos, a violência em áreas de vulnerabilidade social ainda tem um potencial assustador. Algumas estações, durante o período da noite, ficam completamente desertas e desassistidas por agentes de segurança pública. Na linha 2 poucas pessoas se atrevem a cumprir um destino depois de 22 horas. A mobilidade e interação nos espaços metroviários estão correlacionadas antes de tudo à temporalidade. A superlotação se estabelece sempre nos mesmos horários de pico:

O perfil da demanda é portanto diferente nos dois casos. Na Linha 2 a demanda se concentra no pico matutino que vai das 5 às 9 horas, quando ocorrem 41,6% das entradas da linha, sendo que 70% têm como destino a Linha 1. Na Linha 1 é justamente na hora do retorno dos passageiros da Linha 2 que se verifica maior demanda — entre 16 e 20 horas, quando ocorrem 36,9% das entradas. (CAIAFA, 2010, p. 4)





Por muitas vezes o transbordamento de corpos e bolsas ultrapassam o limite para o fechamento automático das portas. Nesses horários, em algumas estações, agentes ajudam a empurrar objetos e corpos para possam compactá-los dentro do vagão. Num cenário em que não há qualquer vácuo para se mexer minimamente, alguns passageiros se aproveitam para dar vazão a certos desejos eróticos recíprocos ou não.

Os abusos são mais frequentes por práticas heterossexuais de alguns homens e, a partir dessa tensão, foram criados os vagões exclusivos para as mulheres em 2006. Em abril de 2016, foi aprovada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), uma lei que multa em até R\$ 1.084 o homem que “ingressar e permanecer no vagão exclusivo”<sup>3</sup>. O projeto de lei foi proposto pelo presidente da Assembléia e pela deputada Marta Rocha, a primeira mulher na história a chefiar a Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A interdição sobre os atos de homens que assediam as mulheres é supervisionada por essas instituições de vigilância governamentais, mas também são castradas no momento em que são realizadas. Muitas mulheres reagem respondendo com agressão ou reclamações que constroem publicamente e impedem de dar continuidade a essas práticas abusivas. Porém, em alguns casos ninguém se manifesta, desacredita ou apenas demonstra pouca comoção diante da gravidade do problema apresentado.

Opiniões feministas têm se dividido diante das medidas legislativas para o “vagão rosa” - como é conhecido popularmente o carro exclusivo para as mulheres na composição no Rio de Janeiro. Marília Moschkovich (2013) acredita que a medida reforça princípios heteronormativos e machistas, além de tonificar a culpabilização da mulher pelo próprio assédio. Ressalta também a dificuldade que as mulheres transexuais encontram para fazer uso do espaço.

O trânsito das mulheres pela cidade é proporcionalmente íngreme de acordo com a distância e o tempo que se está longe de seus espaços privados. Além do enclausuramento familiar e dos impedimentos de atuação política, existem altos índices de violência contra o corpo das mulheres dentro e fora de casa. As agressões domésticas por seus maridos contam com a possibilidade de denúncia em delegacias especializadas na proteção de mulheres. As hostilidades em espaços públicos

---

<sup>3</sup> Publicada lei no RJ que multa homem em vagão feminino com até R\$ 1 mil. G1, 05/04/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/publicada-lei-no-rj-que-multa-homem-em-vagao-feminino-com-ate-r-1-mil.html>. Acessado em 14/07/2016.



são muitas vezes sutis e se manifestam nos mais variados cenários. Andar à noite pelas ruas, circular em eventos festivos ou caminhar solitariamente, são opções que requerem precauções para que certas mulheres em territórios específicos não sejam assediadas ou violentadas moral e/ou fisicamente. Independentemente da classe econômica, a socialização das mulheres não hesita em alertar sobre os riscos que serão lembradas por toda a vida. Para repensar este estado de vigília e os níveis de mobilidade de acordo com outros marcadores, Massey (2000) reflete sobre as diferentes experiências das mulheres ao transitar pelos espaços públicos:

Entre as muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência, há por exemplo, a raça e o gênero. O quanto podemos nos deslocar entre países, caminhar à noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se “fora do lugar” – não pelo “capital”, mas pelos homens. (MASSEY, 2000, p. 178)

Algumas pesquisas revelam elevados índices de feminicídio, como o Mapa de Violência que equiparou a quantidade de mulheres assassinadas de 1980 a 2013 - 1.353 e 4.762 mortes, respectivamente - no Brasil (WAISELFISZ, 2015). Muitos avanços no combate à violência contra as mulheres foram feitos recentemente, como a Lei Maria da Penha, específica para toda violência sexual, psicológica, moral e patrimonial e mesmo com a fundação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, “cujas ações pressupõem a abordagem integral, intersetorial, multidisciplinar, transversal e capilarizada, desenvolvidas de forma articulada e colaborativa entre os poderes da República e os entes federativos” (BRASIL, 2016, p. 14). Mesmo assim, mulheres continuam sendo violentadas e seus trânsitos pela cidade e no mundo ainda se enquadram a condições de tempo e espaço limitados por questões de classe, gênero, raça e etnia.

Outro marcador decisivo para a segregação social e a demarcação dos fluxos pelos espaços públicos é a orientação sexual e a transgeneridade. As mulheres transexuais são notavelmente marginalizadas por todas os setores institucionais, desde a família em que nasceram, até outros espaços como a escola, em procedimentos jurídicos e médicos, no trabalho e numa infinidade de encontros que se fazem inevitáveis ao longo da vida. Gayle Rubin (1984) já nos atentava para os perigos da hierarquização das castas sexuais para estigmatizar corpos que são punidos por esta orientação. Sua pirâmide erótica demonstra que o topo é formado por membros heterossexuais maritais e reprodutivos que se opõem à base mais fragilizada formada por “transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais” (RUBIN, 1984, p.16).



Estar no topo da pirâmide garante privilégios e quem fica na base acaba sofrendo por conta de sua posição periférica:

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas. (RUBIN, 1984, p. 16)

Rubin (1984) é bem categórica ao opor os privilégios do homem heterossexual cisgênero aos danos que a “mobilidade social e física” de mulheres transexuais podem se restringir. Assim, vulnerabilizada por seus próprios marcadores, as mulheres transexuais têm seu destino comprometido por essa marginalização e acabam, por muitas vezes, se prostituindo ou ocupando os espaços públicos sob o risco de ameaça constante por quem as discrimina socialmente. Os dados sobre as mortes por transfobia e os métodos de tortura para assassinato são tão ou mais espantosos que a violência sofrida pelas mulheres cisgêneras.

O medo de transitar pelos espaços públicos é muito maior quando se trata de corpos transgêneros. Contudo, os riscos e as facilidades para o deslocamento não se resumem apenas na avaliação sobre o gênero e a orientação sexual. É preciso entender os marcadores sociais a partir de uma perspectiva interseccional (BRAH, 1996) para pensar como se manifestam as contingenciais relações de poder nas interações cotidianas. Homi Bhabha (1998) nos atenta para o caráter processual em que as categorias sociais podem ser pensadas e entrecruzadas em cada evento:

O afastamento das singularidades de "classe" ou "gênero" como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 19-20)

Estar nas fronteiras e negociar sentidos e interesses nos “entre-lugares” é um exercício ininterrupto presente nas interações cotidianas. Mesmo que o corpo ocupe um espaço geograficamente definido, as “estratégias de subjetivação” constroem relações de poder convocando incessantes disputas em territórios diversos. Corpos que nunca se viram, reciprocamente estranhados pelo olhar, participam dessas disputas quando se aproximam e se encontram num espaço em que se comunicam. Esse embate pode ser metaforizado a partir das considerações de Fernando Ainsa (1998) sobre o termo “encontro”, quando o autor analisa as narrativas sobre vinda dos europeus para a



América. Ao mesmo tempo que foram ao encontro de territórios supostamente desconhecidos, o ato de encontrar também inclui “ser encontrado” e a própria palavra já expressa a ideia de “en-contro”, isto é, além de sugerir a confluência entre os envolvidos, pode indicar também o processo dialético de um mundo “contra” o outro (AINSA, 1998, p. 36).

A maioria dos encontros entre os corpos de homens com o das mulheres nos transportes públicos superlotados é abusiva e confirma a hipótese etimológica da palavra: é um desejo *contra* o outro, porém nem sempre esse embate é indesejado. Como o relato de Marcos a Parker (2002) aponta: “As mulheres reclamam o tempo todo, porque os caras machos estão sempre usando isso como desculpa para tirar um pedaço delas. Mas os gays adoram isso” (PARKER, 2002, p. 95).

Entre os homens que consensualmente desejam ter contatos físicos libidinais dentro dos vagões a interação é completamente diferente. A reciprocidade já começa na plataforma de embarque, momento em que os homens começam a se observar, se aproximam e escolhem estrategicamente o vagão no qual pretendem entrar. A interação se inicia pela rápida e sutil troca de olhares ainda antes de embarcar, para que os corpos vitrinizados nas trincheiras do embarque possam estar avizinados no momento sincronizado que entrarão na mesma porta do vagão.

O movimento de entrada é simultâneo ao de saída dos que desembarcam. Raramente quem embarca aguarda o fluxo de saída cessar porque temem que as portas se fechem antes que consigam entrar. É na engrenagem do empurra-empurra que os corpos arquitetam seus posicionamentos táticos. No entanto, o insucesso da aproximação com os corpos desejados pode ser chamado de “infortúnio”, como Benítez (2007) aponta em seu trabalho etnográfico no *dark room*. Com algumas semelhanças, outros desacertos podem ocorrer durante as interações no interior dos vagões do metrô.

Quando não é possível tocar nos corpos pretendidos previamente ao momento do embarque, ainda há a possibilidade de encontrar outros homens disponíveis que estariam embarcados desde outras estações. O ritual pode começar pela reciprocidade dos olhares. Em ambientes superlotados geralmente se procura um lugar fixo para repousar o olhar para que não se cruze com os outros. Mesmo que os outros olhares se distraiam, a troca de olhares pode ser o primeiro passo para interação. Poucos segundos permanecendo a encarar olho a olho pode ser o código que autoriza que o ritual inicie. Ou não. Às vezes, o desacerto também se constitui a partir da ilusão de que os olhares estão sendo retribuídos com a mesma intencionalidade mas, em alguns momentos, os interlocutores podem se enganar. Goffman (2004) já observava esse fenômeno da discricção do olhar homossexual para evitar a estigmatização do flerte em espaços públicos:



Interessante observar que aqueles que compartilham um estigma particular podem freqüentemente confiar na ajuda mútua para o encobrimento, o que torna evidente o fato de que todos os que podem ser mais ameaçadores são aqueles que podem dar maior assistência. Por exemplo, quando um homossexual aborda outro, a ação pode ser empreendida de tal forma que os normais não notarão a ocorrência de nada fora do comum:

Se observarmos com bastante cuidado e soubermos o que observar num bar de homossexuais começamos a notar que certos indivíduos parecem comunicar-se entre si sem trocar palavras, utilizando apenas a troca de olhares - mas não aquele tipo de olhar rápido que os homens trocam freqüentemente. (GOFFMAN, 2004, p. 83)

Para Goffman (1983), agimos sempre por inferências na interação face a face, já que uma expressão emitida pode dar impressões de uma projeção constante de uma imagem em aparente acordo com a definição de situação pretendida. Nesse caso, infere-se que as expressões e a permanência do olhar são dados que favorecem a “segregação do auditório” (GOFFMAN, 1983, p. 52). A seleção é construída gestualmente, planejando as linhas de ação e baseando-se apenas nas aparências do consenso. O sucesso dramático dependerá da divisão desse público, na medida em que vai se identificando quem deseja ter encontros homoeróticos, os corpos se aproximam e trocam carícias.

O gerenciamento das impressões com as outras pessoas que não participam da interação erótica é feito cautelosamente para que ninguém perceba atos que não podem ser revelados. A vigilância opera através das câmeras posicionadas no teto do vagão, mas também pelos olhares dos passageiros que contemplam e observam curiosamente qualquer movimento mais exagerado. Para esse olhar vigilante e contingencial, Foucault, em *Microfísica do poder*, alerta para o caráter relacional e capilar das relações de poder em nosso cotidiano:

(...) quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (FOUCAULT, 1993, p. 131)

A graduação transgressora de quem comete atos obscenos em locais públicos requer um “controle da região da fachada” (GOFFMAN, 1983, p. 128) para preservar segredos específicos para cada momento. Nos vagões do metrô, a manutenção desse controle expressivo é feita por meio de gestos corporais, mas principalmente os faciais. As partes baixas do corpo, no sentido literal – da cintura para baixo, incluindo também as mãos – são mais difíceis de serem observadas pelos olhares vigilantes dos passageiros, dos agentes de segurança e pela câmera. Então, enquanto a parte superior do corpo apresenta expressões indiferentes e silenciosas ao coletivo de passageiros que o cerca, a parte inferior do corpo se concentra na díade homoerótica.

No entanto, o trabalho de equipe pode ser realizado em tríade ou com mais membros. A ação dramática não é centralizada na direção de um participante, os papéis são intercambiáveis e



cooperativos para que os estados de ânimo da multidão que os envolve não interfiram no espetáculo de maneira inconveniente. Goffman chama de “conivência da equipe” qualquer linguagem que é “cuidadosamente transmitida, de modo que não represente ameaça à ilusão que está sendo criada para a platéia” (GOFFMAN, 1983, p. 165).

Para embarreirar as percepções desses secretos sinais eróticos que poderiam ameaçar as impressões emitidas, a equipe usa mochilas, objetos ou o próprio corpo para bloquear a visão dos passageiros. E quando fazem movimentos mais bruscos com as mãos e antebraços, se esforçam para que a parte superior do braço e os ombros se imobilizem ao máximo a fim de evitar “gestos involuntários” (GOFFMAN, 1983, p. 55) e evitar possíveis sanções. Goffman afirma que “se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles” (GOFFMAN, 1983, p. 46).

A estrutura arquitetônica dos vagões funciona para manter as relações de poder como também as de resistência. Se considerarmos a máxima foucaultiana “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) podemos entender que a multiplicidade de pontos de resistência se faz presente na própria micropolítica do poder. No caso, os vidros das portas podem servir para resistir aos monitoramentos por sua capacidade de refletir de maneira espelhada a imagem de quem está embarcado e por sua propriedade translúcida que permite assistir quem pode observar do lado de fora das estações, assim como oferece também a possibilidade de ser visto por quem está desembarcado.

As portas também interferem na ordenação do espaço-tempo interacional. A abertura dessas portas nas estações e o fluxo de quem entra e sai, preenche ou esvazia espaços na superlotação. A partir dessa correnteza, os corpos mantêm uma inércia aparentemente distraída, mas na realidade estão submersos na concentração que se empenha em manter insistentemente a aproximação dos corpos desejados. Nas interações não há risco de ser fiscalizado através do vidro ou da abertura das portas, mas em cada parada nas estações, resgata-se certa polidez gestual realinhando as tarefas ou interrompendo as interações eróticas mais visíveis:

(...) se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles. Quando tal conduta é imprópria é em certo sentido satisfatória como muitas vezes acontece, verifica-se então comumente que o indivíduo se entrega a ela secretamente. (GOFFMAN, 1983, p.183)

Mesmo em constante vigilância, confinados num espaço e ordenados pelo tempo (FOUCAULT, 1993), a manifestação de sexualidades homoeróticas dissidentes em ambientes





públicos transgridem as normatizações e alcançam interações imprevisíveis a observações menos atentas. Goffman afirma que

“no estudo das instituições sociais é importante descrever os padrões de decoro que prevalecem. É difícil fazê-lo, porque os informantes e estudiosos tendem a considerar naturais esses padrões, não percebendo que procederam assim até que ocorra um acidente, uma crise ou circunstância peculiar” (GOFFMAN, 1983, p.103).

A intenção de “unir o útil ao agradável”, os “afazeres” com os “prazeres”, pode transformar uma longa e tediosa viagem num campo fértil para encontros sexuais. Homens que vão trabalhar e usam o metrô, principalmente o da Linha 2, tem de enfrentar diariamente vagões superlotados em horários de pico. É muito inusitado pensar que existam interações sexuais com tantos outros passageiros tão próximos e que, ao mesmo tempo, não percebem os atos sexuais acontecendo ao seu lado.

Tanto nos vagões do metrô, quanto nos parques, banheiros públicos e outros espaços de fluxo são utilizadas estratégias para escapar do foco de atenção de um auditório que não seja escalado para observar os atos sexuais. Em resumo, nos termos goffmanianos, o gerenciamento de impressões para controlar a região da fachada facilita a segregação do auditório para que a desatenção civil seja uma espécie de proteção contra as sanções onde os estigmas não se fazem visíveis, ou seja, é possível encenar despretensões eróticas em público e ao mesmo tempo estar envolvido ou à procura de atividades homossexuais.

A desatenção civil se aplica em quem não chame atenção por quaisquer motivos, seja a sexualidade ou suas expressões de gênero. Os homens efeminados podem ser automaticamente lidos como homossexuais por não corresponderem a expectativa sobre a coerência entre gênero, sexo e sexualidade (BUTLER, 2008). A ideia de “passabilidade” é relativa à possibilidade de não ser reconhecido como transexual através das próprias expressões de gênero, porém, homens que não revelam sua homossexualidade e que adotam comportamentos heteronormativos e posturas entendidas como masculinas também podem não ser estigmatizados publicamente nos trânsitos pela cidade.

A combinação da desatenção civil com a passabilidade heterossexual é instrumentalizada a fim de se tornar um escudo contra as discriminações de gênero e sexualidade pela cidade. O ato de encarar quem não se adequa às normas é uma segregação sutil executada pelo olhar em eventos cotidianos. Só se olha quem se destaca e os estigmas visíveis funcionam como um passaporte para o monitoramento do que é abominável. A partir do recorte sobre o estudo de injúrias publicado no



*Journal of Abnormal and Social Psychology* (WHITE; WRIGHT; DEMBO, 1948), Goffman transcreve um parágrafo que elucida algumas questões sobre estes olhares:

O ato de encarar é uma coisa que normalmente não fazemos com outros seres humanos; ele parece colocar o objeto que é encarado numa classe diferente. Não se fala com um macaco no zoológico, ou com uma aberração num espetáculo de feira – apenas se encara. (GOFFMAN, 2010, p. 98)

A vigilância não se resume à capacidade individual do globo ocular, ela também é mediada por outras tecnologias de poder sobre o corpo, pela arquitetura e por todas as táticas aqui demonstradas e por outras tantas que travam essa guerra pelo controle da sexualidade. O olhar que atravessa paredes e se impõe entre os próprios “camaradas” como a máxima do modelo prisional de Bentham discutido por Foucault: “cada camarada torna-se um vigia” (FOUCAULT, 1993, p. 119).

Seria insuficiente que o monitoramento da sexualidade em espaços públicos fosse feito socialmente apenas por normas jurídicas, religiosas, morais e pela atividade profissional dos vigilantes. Os transeuntes também são convocados para denunciar o que foge da normalidade através de avisos feitos pelas instituições e também por vontade própria. Em algumas estações do metrô, além de convocar condutas higienizadas e graus de civilidade aceitáveis, se pede que quando “algo errado” seja visto, imediatamente se denuncie:



Figura 7 - 1) Dois cartazes dos banheiros de estações do metrô. (26/07/2017)  
A marcação em vermelho aponta para o zoom na mensagem do primeiro cartaz.

Nesses cartazes, imperativos das mensagens acompanham um fluxo de informações que se alternam entre a higienização e a funcionalidade pensada para organizar as tarefas do espaço. Por dedução poderia se imaginar que “algo errado” estivesse associado somente às temáticas



apresentadas pelos tópicos, mas em outras pesquisas se pode perceber que outras estratégias de controle da homossexualidade nos espaços institucionalizados são adotadas de maneira mais direta (BONFANTE; MARINO, 2016), inclusive com menções à lei (OLIVEIRA; SESTER; OLIVEIRA, 2014).

Além da tentativa de coibir essas práticas pela comunicação institucional, parafraseando Foucault (1993), alguns “camaradas” que também praticam atos sexuais em espaços públicos filmam as cenas de sexo e publicam em sites pornográficos. Existem categorias e sites específicos para o “flagra” amador. Uma breve busca na internet por palavras-chave como “W.C”, “pegação” ou “banheiro” já elenca uma série de filmagens feitas por seus celulares e câmeras escondidas.

De acordo com Foucault (1993), Rousseau acreditava que a sociedade deveria ser transparente, sem áreas que o olhar de seus membros não pudesse alcançar, onde cada um em sua posição pudesse ter uma visão panorâmica sobre tudo o que acontece. Essa idealização de uma sociedade mais justa, em que cada um pudesse opinar sobre as atitudes dos outros em torno de um bem coletivo, inspirou os princípios do Iluminismo, a Revolução Francesa e se perpetua na contemporaneidade através de novos dispositivos de vigilância.

Na verdade, qual é o sonho rousseauiano presente em tantos revolucionários? O de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes; que não haja mais nela zonas obscuras, zonas reguladas pelos privilégios do poder real, pelas prerrogativas de tal ou tal corpo ou pela desordem; que cada um, do lugar que ocupa, possa ver o conjunto da sociedade; que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um. (FOUCAULT, 1993, p. 118)

O sonho rousseauiano de fazer com que tudo fique iluminado e, portanto, visível por quaisquer perspectivas do olhar, se reflete nos dispositivos de vigilância da sexualidade em espaços públicos aqui denunciados. Contudo, por mais que os olhares que monitoram essas práticas dissidentes se flexibilize e se sofisticue, em paralelo, outras resistências diante dessas interdições também se articulam.

---

## Referências

BENÍTEZ, María Elvira Díaz. Dark room aqui: um ritual de escuridão e silêncio. *Cadernos de Campo*, v.16, n.1, p. 93-112, 2007.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) *Sexualidades transgressoras*. Barcelona, Içaria, 2002. p. 229-257.



- BONFANTE, G. M. ; MARINO, F. U. *Do dejetto ao desejo: arquitetura de banheiros como dispositivos de controle de sexualidade*. Trabalho apresentado no evento NUDEG/UERJ. Rio de Janeiro, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAIAFA, Janice. Espaço, Comunicação e consumo no metrô do Rio de Janeiro. *Contracampo*, Niterói, v. 20, pp. 17-32, agosto, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Segunda linha: comunicação e sociabilidade na linha 2 do metrô carioca*. GT "Comunicação e Sociabilidade" do XIX Encontro da Compós, na PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.
- CONNELL, R.W. *Masculinities*. California: University of California Press, 1995.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GASPAR NETO, Verlan Valle. A organização da transgressão em espaços de pegação masculina: três breves relatos etnográficos". In: *Antropolítica*, n. 31, vol. 2. Niterói, 2011.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.
- \_\_\_\_\_. Footing. RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (Orgs.). In: *Sociolinguística Interacional* [1979]. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio D'Água, 1986.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.
- MOSCHKOVICH, Marília. O vagão para mulheres só anda para trás. *Revista Carta Capital*, 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/o-vagao-para-mulheres-so-anda-para-tras-1088.html>. Acessado em 14/07/2016.
- PARKER, Richard G. *Abaixo do equador*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SESTER, E. OLIVEIRA, E. "Experiências eróticas, diferença e produção do espaço: reflexões etnográficas no campo da pegação em João Pessoa (PB) e São Paulo (SP)". *Anais do VI REA/ABANNE*. Maceió, 2014. Disponível em [http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Eros%20Sester%20Prado%20Guimares%20-%20201020611%20-%20203878%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Eros%20Sester%20Prado%20Guimares%20-%20201020611%20-%20203878%20-%20corrigido.pdf).

